

## **A tática da Marinha: mais diplomacia.**

Embora defendendo pontos de vista semelhantes no que se refere à essência da discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas — ou seja, a manutenção dos atuais preceitos quanto à participação militar na defesa interna e externa —, Exército, Marinha e Aeronáutica vêm atuando de maneira distinta nesses trabalhos pré-constituintes.

Assim, enquanto Exército e Aeronáutica continuam pautando sua atuação na defesa da mesma fórmula vigente antes da abertura dos trabalhos constitucionais, a Marinha adotou uma tática inovadora e mais política. No momento atual de definição das proposições dos constituintes quanto ao andamento dos trabalhos da Assembléia e do próprio regimento, as habituais conversas entre o assessor parlamentar da Força Naval e os congressistas vêm se desenrolando acerca de temas mais amenos, como as necessidades e carências da Marinha.

Nessa primeira fase de trabalhos constitucionais, para a Marinha é mais promissor, talvez, revelar aos parlamentares que a força naval brasileira — segunda maior do mundo no início do século passado — é hoje a quinta da América Latina. Desta forma, a Marinha deixa claro que a discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas não é assunto para ser levado para a pauta de preocupações dos parlamentares, pelo menos nesta fase inicial.

Pelo contrário: como força eminentemente voltada para a defesa externa, preocupada com a dependência que o Brasil tem com relação ao oceano, a Marinha mostra-se mais profissional quanto às suas preocupações constitucionais. E, taticamente, deixa a inquietação com o papel constitucional de defesa interna para uma discussão posterior.

Na primeira semana após a instalação da Assembléia o representante da Marinha no Congresso teve oportunidade de conversar com cerca de 60 parlamentares, dos mais diferentes partidos, além de, no domingo, almoçar com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cogitado entre seus colegas para vir a ser o relator da comissão da Constituinte.

Em todos esses diálogos a preocupação primeira da Marinha tem sido relatar suas necessidades materiais, mostrando inclusive ao parlamentar, conforme deixou claro o representante do ministro Henrique Sabóia, que é exatamente dotando as Forças de equipamentos modernos e pagando bem seus integrantes que os militares, pelo menos os da força naval, se sentirão mais inclinados a dedicar-se a suas atividades profissionais afastando-se, conseqüentemente, das preocupações políticas.

De qualquer forma, ao término dos trabalhos iniciais e depois “que os legítimos representantes eleitos pelo povo” definirem suas propostas — conforme faz questão de frisar o comandante Reguffi, assessor parlamentar da Marinha — o ministro Henrique Sabóia deverá definir o passo seguinte referente à atuação de seus representantes no Congresso quanto à discussão em torno do tema soberania nacional.

Enquanto isso, e a exemplo do que fazem os assessores do Exército e da Aeronáutica, também a Marinha vai ativando esse canal de comunicação entre o Legislativo e os ministérios — no caso, os militares — de “forma a permitir que os parlamentares melhor conheçam as Forças e decidam soberanamente, sem pressões”, conforme deixou claro um dos assessores militares.